



## **INCLUSÃO DE INDIVÍDUOS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: DESAFIOS E PERSPECTIVAS**

ISADORA GADELHA LIBERATO MARQUES; EMILLY VITÓRIA PINHEIRO COSTA;  
DANDARA ALVES ROCHA TAVARES; IVNA CHRISTINA TABUSO FIUZA;  
MELISSA ALBUQUERQUE BEZERRA; MARCELO PHELIPPE VAZ FERRAZ;  
VANDBERGUE SANTOS PEREIRA

### **RESUMO**

O autismo é um distúrbio neurológico que afeta a percepção e interação da pessoa com o mundo ao seu redor. Os Transtornos do Espectro Autista (TEA) são geneticamente heterogêneos, caracterizados por déficits sensoriais, comportamentais e sociais. Comportamentos repetitivos estão associados a problemas cognitivos, como rigidez cognitiva e dificuldades na previsão. Estudos também apontam comprometimento nas funções executivas, como memória de trabalho e inibição. Indivíduos com TEA enfrentam desafios em comunicação, interação social e sensibilidades sensoriais, além de estigma e acesso limitado a serviços essenciais. A inclusão é crucial para uma sociedade equitativa, exigindo esforços em educação inclusiva, conscientização social e adaptação de serviços de saúde e emprego. Nos últimos anos, o aumento dos casos de autismo tem levado à formulação de políticas públicas. Leis como a nº 13.977/2020 e a nº 12.764/2012 foram marcos na garantia dos direitos das pessoas com autismo. A revisão integrativa buscou analisar criticamente o estado atual do conhecimento sobre a inclusão de pessoas com TEA. Foram encontradas 55 publicações, das quais 34 foram selecionadas após análise dos títulos, resumos e textos completos. A metodologia incluiu a busca em bases de dados como PubMed e Scielo, considerando também a legislação brasileira relacionada ao autismo. Os resultados destacam a necessidade de abordagens integradas, combinando políticas públicas eficazes, intervenções baseadas em evidências e suporte para famílias e cuidadores. Apesar dos avanços na legislação e políticas de inclusão, persistem desafios no acesso a serviços adequados. Conclui-se que é fundamental desenvolver práticas inclusivas em ambientes educacionais, sociais e profissionais, além de promover pesquisa para compreender e apoiar efetivamente a diversidade dentro do espectro autista.

**Palavras-chave:** Autismo; Autista; Transtorno do Espectro Autista; Desafios; Inclusão.

**ABSTRACT:** Autism is a neurological disorder that affects a person's perception and interaction with the world around them. Autism Spectrum Disorders (ASD) are genetically heterogeneous, characterized by sensory, behavioral and social deficits. Repetitive behaviors are associated with cognitive problems, such as cognitive rigidity and difficulties with

prediction. Studies also indicate impairment in executive functions, such as working memory and inhibition. Individuals with ASD face challenges in communication, social interaction, and sensory sensitivities, as well as stigma and limited access to essential services. Inclusion is crucial for an equitable society, requiring efforts in inclusive education, social awareness and adaptation of health and employment services. In recent years, the increase in cases of autism has led to the formulation of public policies. Laws such as nº 13,977/2020 and nº 12,764/2012 were milestones in guaranteeing the rights of people with autism. The integrative review sought to critically analyze the current state of knowledge about the inclusion of people with ASD. 55 publications were found, of which 34 were selected after analyzing the titles, abstracts and full texts. The methodology included a search in databases such as PubMed and Scielo, also considering Brazilian legislation related to autism. The results highlight the need for integrated approaches, combining effective public policies, evidence-based interventions and support for families and caregivers. Despite advances in legislation and inclusion policies, challenges persist in accessing adequate services. It is concluded that it is essential to develop inclusive practices in educational, social and professional environments, in addition to promoting research to effectively understand and support diversity within the autism spectrum.

**Key-words:** Autism; Autistic; Autism Spectrum Disorder; Challenges; Inclusion.

## 1 INTRODUÇÃO

O autismo é uma condição do desenvolvimento neurológico que afeta a forma como uma pessoa percebe e interage com o mundo ao seu redor. Os transtornos do espectro autista (TEA) são patologias de desenvolvimento geneticamente heterogêneas que apresentam características fenotípicas comuns, incluindo déficits sensoriais e de atenção, rigidez comportamental e redução global das interações sociais (Hodges, Fealko, Soares, 2020). Dentro do fenótipo do autismo, comportamentos repetitivos restritos têm sido associados à rigidez cognitiva, hiperfoco e dificuldades na codificação preditiva (Faja e Darling, 2019). Diferentes estudos replicaram um comprometimento nas funções executivas (FE), como memória de trabalho verbal, inibição e varredura visual rápida na população com TEA (Aiello, 2021).

Pessoas com TEA sofrem com essa condição, que se manifesta de forma diversa, trazendo desafios tanto no âmbito individual, como dificuldades em comunicação, interação social e sensibilidades sensoriais, quanto no social, enfrentando estigma, preconceito e acesso limitado a serviços essenciais. A superação dessas barreiras é essencial para fomentar uma sociedade inclusiva e equitativa (Courchesne, et al, 2022). Isso demanda esforços conjuntos para promover educação inclusiva, conscientização social, adaptação dos serviços de saúde, oportunidades de emprego justas e suporte às famílias, garantindo que cada indivíduo com autismo possa contribuir e ser reconhecido na sociedade. Este imperativo ético desafia governos, organizações e a comunidade a colaborar na construção de um mundo onde as diferenças neurológicas sejam aceitas e valorizadas (Dückert, et al, 2023).

Na última década, com o aumento dos casos diagnosticados de autismo, o Estado foi convocado à formulação de políticas públicas (Machado e Lajonquiére, 2022). As estratégias governamentais atuais voltadas às pessoas com autismo remontam à Constituição Federal de 1988, em seu artigo 208, inciso III, que garantia o Atendimento Educacional Especializado aos alunos com deficiência, preferencialmente na escolarização regular. Em menção direta ao TEA, pode-se destacar a Lei nº 13.977/2020 (Brasil, 2020) e a Lei nº 12.764/2012 (Brasil, 2012).

Cada uma dessas leis foi importante para estabelecer o lugar social das pessoas com autismo (Joaquina e Silveira, 2023).

O objetivo desta revisão de literatura é analisar de forma crítica o estado atual do conhecimento sobre a inclusão de pessoas com autismo. Isto consiste em examinar definições relevantes, a epidemiologia, os desafios enfrentados na inclusão dessas pessoas, a importância sobre o diagnóstico, as estratégias de intervenção utilizadas e as perspectivas futuras para a inclusão.

## 2 METODOLOGIA

O presente estudo trata-se de uma revisão integrativa, em que faz uso de dados da literatura, acerca da Inclusão de Indivíduos com TEA.

Para construção desta revisão, foram selecionadas publicações disponíveis na base de dados do PubMed e Scielo, utilizando os descritores autismo, autista, Transtorno do Espectro Autista, desafios e inclusão, com presença no título ou resumo das publicações. Foram incluídas informações sobre a legislação brasileira relacionada ao autismo. Foram selecionados artigos nos idiomas português, inglês e espanhol, publicados no período de 2019 a 2024.

A partir das buscas realizadas foram excluídas as publicações que não estavam disponíveis na íntegra, ou que não possuíam acesso aberto. Das selecionadas, após leitura dos trabalhos na íntegra, foram ainda removidas do estudo as publicações que não possuíam correlação direta sobre a inclusão de pessoas com autismo.

## 3 RESULTADOS

Foram encontradas 55 publicações nas bases de dados no período de 2019 a 2024. Após leitura dos títulos e resumos, 21 trabalhos foram removidos do estudo. Por último, após leitura da publicação na íntegra, restaram 34 trabalhos para compor esta revisão de literatura.

### 3.1 Epidemiologia

Segundo o Manual de Orientação do Transtorno do Espectro do Autismo da Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP), o número de pessoas com autismo vem aumentando significativamente. Nos Estados Unidos da América, por exemplo, de

1 para cada 150 crianças de 8 anos em 2000 e 2002, a prevalência do TEA aumentou para 1 para cada 68 crianças em 2010 e 2012, chegando à prevalência de 1 para cada 58 em 2014 (SBP, 2019). Ainda de acordo com a Sociedade Brasileira de Pediatria, esse aumento acontece devido ao desenvolvimento de instrumentos diagnósticos e de rastreamento com propriedades psicométricas adequadas e também devido à ampliação dos critérios diagnósticos

O TEA ocorre em 1,23% da população infantil e adolescente na Espanha e é diagnosticado em uma proporção maior de homens do que de mulheres. Esse viés de gênero no diagnóstico foi tentado a ser explicado por várias teorias, centradas no desvio das ferramentas de diagnóstico que existem em relação à apresentação masculina do TEA, nas maiores habilidades sociais das mulheres e na maior capacidade de camuflagem das mulheres (jogar com mais calma, mais tímido, etc. (Torralbas-Ortega, Jordi et al., 2023). Para cada menina, 4,3 meninos são diagnosticados com TEA (Lovelace et al., 2021). Os Centros de Controle e Prevenção de Doenças (CDC) afirmam que medir a prevalência de TEA por gênero e raça/etnia indicará onde a identificação está incompleta e como a política pode apoiar a identificação de TEA entre subgrupos, especialmente crianças do sexo feminino e não brancas que historicamente tiveram menor identificação. A prevalência do transtorno do espectro do autismo (TEA) é estimada em 1 em 54 crianças (Maenner et al., 2020). Evidências epidemiológicas recentes por raça indicam estimativas de prevalência quase

idênticas em crianças negras de 2 anos e brancas de 8 anos (Baio et al., 2018).

Algumas pesquisas identificaram que pessoas autistas frequentemente enfrentam condições de saúde física e mental com maior prevalência em comparação a pessoas não autistas e apontaram que crianças e jovens adultos autistas são 11 vezes mais propensos a ter problemas de saúde do que a população em geral (Parmar et al., 2022). No Brasil, a prevalência de transtornos de saúde mental entre crianças e adolescentes pode variar de 7% a 24,6%, com taxas de prevalência de intervenção clínica variando de 4% a 7,3%.<sup>5,6</sup> De acordo com (Papadopoulos et al., 2022), crianças com TEA enfrentam uma alta prevalência de distúrbios do sono, afetando até 80% desses indivíduos. Lauridsen-Ribeiro et al.<sup>8</sup> realizaram um estudo com 141 crianças e adolescentes (1 a 19 anos) e relataram uma prevalência de 4,7% de transtornos mentais (Messias et al., 2022).

Diante disso, não é inesperado que pessoas autistas tendem a utilizar mais os serviços de saúde. No entanto, estudos que adotaram uma metodologia participativa e comunitária revelaram que adultos autistas enfrentam várias barreiras no acesso a cuidados de saúde, tais como comunicação inadequada com os profissionais, ansiedade e medo, dificuldades para interagir em tempo real com profissionais de saúde, custos elevados e sensibilidades sensoriais, sendo esses desafios mais significativos do que os encontrados por indivíduos não autistas (Parmar et al., 2022).

### 3.2 Fatores de Risco Associados

A interação complexa entre genética e ambiente desempenha um papel fundamental no autismo, como indicado por estudos recentes (Rylaarsdam & Guemez-Gamboa, 2019). Desde grandes alterações cromossômicas até pequenas variações de nucleotídeo único, a gama de mutações genéticas é vasta, podendo ser tanto comuns quanto raras (Balicza et al., 2019; Krgovic et al., 2022).

Nos últimos anos, pesquisas extensas sobre autismo genômico, incluindo estudos de associação do genoma (GWAS), têm sido realizadas. Esses estudos, ao analisarem grandes amostras, conseguem identificar variantes genéticas com efeitos sutis, mas que, combinadas, podem prever diferenças individuais significativas. Potencialmente, essas descobertas poderiam ser usadas no futuro para calcular a probabilidade estatística de um bebê desenvolver autismo (Asbury et al., 2024).

Embora muitos estudos apontem para causas genéticas do autismo, essa compreensão pode aliviar o estigma, mas também pode gerar sentimentos de culpa nos pais, criando tensões familiares relacionadas à atribuição de responsabilidade genética (Lilley et al., 2023). Além da genética, fatores como idade avançada dos pais, exposição fetal a certas substâncias e baixo peso ao nascer também podem contribuir para o desenvolvimento do autismo (Mendes & Silva Júnior, 2020).

### 3.3 Diagnóstico

O TEA é uma condição notavelmente diversa e complexa, muitas vezes coexistindo com outras condições psiquiátricas. Essa complexidade representa um obstáculo significativo no diagnóstico, especialmente devido à sobreposição de características fenotípicas entre o autismo e condições como a ansiedade social, assim como às variações observadas em transtornos genéticos específicos. Métodos que integram análises comportamentais e biológicas têm sido adotados para enfrentar esses desafios diagnósticos e para aprofundar a compreensão dos mecanismos subjacentes a dificuldades sociais (Parede e Roberts, 2023).

A diagnose do Transtorno do Espectro Autista perpassa a fase de triagem seguida do diagnóstico feito por meio de ferramentas direcionadas para os traços elencados em manuais de códigos e diagnósticos, como o DSM-IV-TR (do inglês Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais, quarta edição, revisão de texto), o DSM-V (do inglês Manual

Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais, quinta edição; a atual) e o CID-10R (Classificação Internacional de Doenças, décima edição, revisado).

De acordo com o CID-10R e o DSM-IV-TR, o TEA se enquadra como Transtorno Global do Desenvolvimento (TGD), e a variedade de sintomas apresentada - nos domínios de prejuízos de interação social, comunicação anormal e comportamentos e interesses repetitivos é o que designa um dos quatro subtipos de diagnósticos: Síndrome de Asperger, Autismo Atípico, Transtorno Autista ou Autismo Infantil e TGD-não especificada. Entretanto, o DSM-V alterou os critérios, unindo as esferas de interação social e comunicação sob um só aspecto, já que são áreas muito intrincadas (Menezes, 2020). A mudança diagnóstica pelo DSM-5 (Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais 5.<sup>a</sup> edição), que permite o diagnóstico combinado de Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) e Transtorno do Espectro do Autismo (TEA), traz consigo diversos desafios clínicos. Esses desafios estão relacionados à possibilidade de obscurecimento dos sintomas, à necessidade de uma avaliação clínica precisa e ao potencial atraso no diagnóstico de TEA em crianças com TDAH (Aiello et al, 2021).

Geralmente, a triagem se dá por observação que pode ser feita desde cedo, atentando-se aos sinais e sintomas já mencionados, a partir ou não de relatos de pais ou cuidadores. Posteriormente, é feita a avaliação por meio de testes e entrevistas com os pacientes e os familiares para o diagnóstico definitivo (Menezes, 2020). Há inúmeras ferramentas para a triagem e a diagnose do TEA, entre elas estão o AOSI (Autism Observation Scale for Infants) que é um método sistemático para detectar e monitorar crianças tidas como de alto risco para desenvolvimento de Autismo (que possuem irmão com algum grau do espectro); consiste em 19 itens de medida de observação direta, classificados de 0 (comportamento normal) a 3, o ASQ-3 (Ages and Stages Questionnaire-Third Edition) é medido por 30 itens de relatos dos pais sobre os domínios de comunicação, de funções motoras grossas e finas, de pessoal-social e de resolução de problemas em crianças de 1 mês a 5 anos, e o PEDS (Parents' Evaluation of Developmental Status) que possui 10 questões de sim ou não para avaliar crianças de 1 mês a quase 8 anos nos quesitos global/cognitivo, linguagem expressiva, linguagem receptiva, social-emocional, resultando em resultados preditivos e não preditivos para cada pergunta. Alguns estudos verificam que a mudança dos critérios pode gerar alterações na sensibilidade diagnóstica (Fernandes et al, 2020).

De acordo com a Sociedade Brasileira de Pediatria, a partir dos 12 meses já é possível distinguir sinais em crianças com autismo, ficando bastante evidente entre 12 e 18 meses. Porém o diagnóstico geralmente é fechado entre os 4 e 5 anos de idade.

Clinicamente, duas características principais devem ser atendidas para o diagnóstico de TEA; o paciente deve apresentar dificuldades em cada um dos três subdomínios de comunicação social e dois dos quatro diferentes comportamentos sensoriais-motores restritos e repetitivos no passado ou no presente para ambas as características (Lord et al., 2018). Variações no fenótipo e sua gravidade indicam que a genética e os fatores ambientais são atores-chave na etiologia do TEA (Rylaarsdam e Guemez-Gamboa, 2019).

### **3.4 Intervenções e Tratamento**

A terapia ABA (Análise do Comportamento Aplicada; Applied Behavior Analysis - ABA) vem sendo muito falada e recomendada por diversos profissionais. É um termo advindo do campo científico do Behaviorismo, que observa, analisa e explica a associação entre o ambiente, o comportamento humano e a aprendizagem. A ABA possui evidência científica de sua eficiência no tratamento para indivíduos com TEA (Mendes e Silva Júnior, 2020).

O tratamento do autismo envolve uma abordagem multidisciplinar que inclui intervenção comportamental precoce, como a ABA, terapia ocupacional, terapia da fala e linguagem, terapia sensorial e educação especializada. A ABA se concentra em reforçar

comportamentos desejáveis e ensinar habilidades sociais e de comunicação. A terapia ocupacional ajuda no desenvolvimento de habilidades motoras e de autocuidado, enquanto a terapia da fala e linguagem melhora a comunicação verbal e não verbal. A terapia sensorial auxilia na regulação sensorial e adaptação a diferentes ambientes, enquanto a educação especializada oferece programas educacionais individualizados adaptados às necessidades específicas de cada criança. A colaboração entre uma equipe multidisciplinar de profissionais de saúde é essencial para desenvolver um plano de tratamento personalizado para cada indivíduo com autismo (National Autism Center, 2020).

O psicólogo enfatiza um papel crucial no tratamento do TEA. Graças à sua formação especializada, o psicólogo é essencial para estabelecer diagnósticos precisos que orientam as intervenções terapêuticas. Esses diagnósticos ajudam a mapear as estratégias e projetos de tratamento adequados, levando em consideração as particularidades do TEA, que incluem desafios no processamento de informações, na comunicação e na interação social. Assim, a intervenção psicológica é vital no atendimento de indivíduos com TEA, demonstrando plenamente a importância deste profissional no diagnóstico, orientação e tratamento junto com outros especialistas (Lima, 2022).

Os Centros de Atenção Psicossocial para Crianças e Adolescentes (Centro de Atenção Psicossocial Infanto-Juvenil, CAPSia) são dedicados a transtornos psiquiátricos persistentes e fornecem uma abordagem terapêutica individualizada baseada em serviços extra-hospitalares, como residências terapêuticas e oficinas de geração de renda ambulatorial, entre outros (Messias et al., 2022).

Um dos métodos de ensino mais utilizados no Brasil para atender o autista é o Tratamento e Educação para Autistas e Crianças com déficits relacionados à Comunicação (TEACCH), desenvolvido no início de 1970 pelo Dr. Eric Schopler e colaboradores, na Universidade da Carolina do Norte, tornando-se conhecido no mundo inteiro. O TEACCH não é uma abordagem única, é um projeto que tenta responder às necessidades do autista usando as melhores abordagens e métodos disponíveis. Os serviços oferecem desde o diagnóstico e aconselhamento dos pais e profissionais, até centros comunitários para adultos com todas as etapas intermediárias: avaliação psicológica, salas de aulas e programas para professores (Araújo, 2015).

Em relação às revisões sobre as intervenções no TEA, há o enfoque em diferentes comportamentos e públicos alvos, como intervenções comportamentais direcionadas ao treinamento de pais, treinamento em habilidades sociais direcionadas a crianças e adolescentes com Asperger, práticas interventivas de leitura em educandos com TEA, programas de intervenção motora que reúne estudos sobre diferentes atividades físicas e revisões na área de fonoaudiologia sobre propostas de intervenção, descrevendo e comparando modelos e estratégias aplicadas ao autismo (Mascotti et al, 2019).

### **3.5 Educação e Inclusão Escolar**

O projeto "Vozes do Autismo" desenvolveu uma metodologia inclusiva para capturar perspectivas em primeira pessoa de adolescentes autistas, especialmente aqueles com limitações verbais ou intelectuais. O estudo envolveu 33 participantes de variadas habilidades cognitivas e linguísticas, utilizando estratégias adaptativas, como imagens e flexibilidade no formato das perguntas. Foi destacada a importância das respostas não-verbais e alternativas como meios ricos de expressão, evidenciando que a comunicação efetiva transcende a fala (Courchesne et al., 2022).

Além disso, pesquisas mostram que pessoas autistas possuem pontos fortes cognitivos, como processamento visual, atenção aos detalhes, percepção

musical, memória, criatividade, honestidade e empatia, aspectos muitas vezes subestimados nas medidas tradicionais de autismo (Ratto et al., 2023).

O desenvolvimento da identidade autista pode ser compreendido dentro do contexto mais amplo da identidade da deficiência, influenciado pela percepção dos outros e das próprias pessoas autistas. Os participantes relatam que os professores muitas vezes os tratam de forma diferente, focando apenas no autismo e não reconhecendo outros aspectos de sua identidade (Cohen et al., 2022).

Dentro do espectro autista, comportamentos repetitivos restritos estão associados a dificuldades cognitivas, como rigidez, hiperfoco e dificuldades na previsão, com comprometimento nas funções executivas e na regulação emocional. A inclusão escolar, apoiada pela Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, é vista como fundamental para estimular habilidades e promover interações sociais precoces, reconhecendo a diversidade dos educandos e adaptando-se às suas necessidades individuais (Aiello et al., 2021; Lemos et al., 2016; Garcia et al., 2018).

### **3.6 Suporte À Família e Cuidadores**

Numerosos estudos exploraram vários fatores que contribuem para o estresse dos pais em famílias de crianças afetadas pelo TSA, incluindo fatores relacionados à criança, como hiperatividade, irritabilidade e QI, bem como fatores relacionados aos pais, como resiliência, educação e histórico socioeconômico. Fatores ambientais, como recursos familiares e qualidade de vida também estão ligados ao estresse dos pais (Kishimoto T, Liu S, Zhang L, Li S, 2023).

Uma pesquisa recente relatou os desafios que as mães autistas enfrentam na comunicação com profissionais (não autistas) em relação aos seus filhos autistas: observando como elas se sentem incompreendidas e que lutam para saber quais informações compartilhar, levando à ansiedade e ao conflito. Os profissionais do autismo raramente compartilham experiência experiencial/privilegiada (Pohl et al., 2020).

A prática do cuidado em saúde para famílias envolvidas muitas vezes se concentra em estratégias de suporte e acolhimento. Isso inclui escuta ativa, realização de rodas de conversa, visitas domiciliares e orientações específicas que atendem às necessidades individuais de cada família. Além disso, há um foco significativo em encaminhamentos para especialistas e avaliações adicionais, especialmente quando há necessidades sociais e emocionais ou desafios relacionados ao manejo de comportamentos atípicos. Estas ações são essenciais para oferecer um suporte abrangente e adaptado às circunstâncias de cada grupo familiar (Bonfim et al., 2023).

Além disso, organizações sem fins lucrativos e grupos de apoio oferecem informações, orientações e redes de suporte para famílias. Estratégias de manejo de estresse e autocuidado para cuidadores, com base em pesquisas, destacam a importância de práticas de autocuidado regulares, como exercícios físicos, meditação e técnicas de respiração, bem como a busca por apoio emocional através de grupos de apoio ou terapia individual. Priorizar o autocuidado é fundamental para mitigar o estresse e promover o bem-estar dos cuidadores, permitindo-lhes continuar a fornecer o melhor suporte possível aos seus entes queridos com autismo (Burke & Arnold, 2014).

### **3.7 Legislação e políticas de inclusão**

Nos últimos tempos, a proteção dos direitos das pessoas com autismo e o apoio às suas famílias têm conquistado destaque nas áreas sociais e políticas. O autismo requer uma atenção especial para assegurar a inclusão e o bem-estar desses indivíduos, o que torna essencial o papel das políticas governamentais e dos programas de apoio. Internacionalmente, a

Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU (2006) e, nacionalmente, a legislação brasileira, incluindo a Constituição Federal (1988), defendem os direitos das pessoas com autismo, especialmente no acesso à educação e outros serviços essenciais.

A legislação brasileira teve avanços significativos na proteção dos direitos das pessoas com autismo. A Lei no 12.764, conhecida como Lei Berenice Piana, aprovada em 2012, foi uma vitória importante para o ativismo político das famílias de autistas no Brasil (Brasil, 2012). No entanto, sua implementação trouxe à tona desafios, especialmente em relação à rede de saúde mental. O decreto 8.368/2014, que regulamenta essa lei, foi publicado após dois anos de debates e polêmicas, visando fortalecer a rede de atenção psicossocial e de cuidados de saúde para pessoas com autismo (Brasil, 2014).

Recentemente, a Lei Romeo Mion, sancionada em 2019 e oficializada em 2020, representou um avanço significativo na inclusão social e na garantia de direitos para pessoas com autismo no Brasil. Esta lei instituiu a Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (CIPTEA), facilitando o acesso a serviços e benefícios legais para indivíduos com autismo (Brasil, 2019). A CIPTEA não apenas oferece comprovação oficial da condição para acesso a atendimento prioritário, mas também promove a conscientização e igualdade para essa comunidade, marcando um importante passo rumo à inclusão e à dignidade para as pessoas com autismo em nosso país (Scheerer et. al. 2022).

#### 4 CONCLUSÃO

Este artigo fornece uma análise abrangente dos desafios e perspectivas na inclusão de indivíduos com Transtorno do Espectro Autista (TEA), destacando a necessidade de abordagens integradas que combinem políticas públicas eficazes, estratégias de intervenção baseadas em evidências e suporte robusto para famílias e cuidadores. A revisão aponta para as complexidades no diagnóstico e tratamento do autismo e sublinha os esforços necessários para fomentar uma sociedade mais inclusiva e acessível para pessoas com TEA.

Conclui-se que, apesar dos avanços na legislação e nas políticas de inclusão, persistem desafios significativos que impedem o acesso completo a serviços adequados, dificultando que indivíduos com TEA alcancem seu pleno potencial. É fundamental que se continue a desenvolver e implementar práticas inclusivas em ambientes educacionais, sociais e profissionais, e que a pesquisa prossiga na exploração de novas metodologias para compreender e apoiar efetivamente a diversidade dentro do espectro autista.

#### REFERÊNCIAS

AIELLO, Stefania et al. Autistic Traits and Empathy in Children With Attention Deficit Hyperactivity Disorder, Autism Spectrum Disorder and Co-occurring Attention Deficit Hyperactivity Disorder/Autism Spectrum Disorder. **Frontiers in Neuroscience**, v. 15, p. 734177, 2021.

ANGULO-JIMÉNEZ, Henry; DETHORNE, Laura. Narratives about autism: An analysis of YouTube videos by individuals who self-identify as autistic. **American Journal of Speech-Language Pathology**, v. 28, n. 2, p. 569-590, 2019.

ASBURY, Kathryn; TOSEEB, Umar; BARROW, Naomi. What do parents of nonverbal and minimally verbal autistic children think about genomic autism research?. **Autism**, p. 13623613231213431, 2023.

BAIO, Jon. Prevalence of autism spectrum disorder among children aged 8 years—autism and developmental disabilities monitoring network, 11 sites, United States, 2014. **MMWR**.

**Surveillance Summaries**, v. 67, 2018.

BRASIL. **Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012**. Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. 2012.

BRASIL. **Lei nº 13.977, de 8 de janeiro de 2020**. Secretaria-Geral, Subchefia para Assuntos Jurídicos. 2020.

CLÉMENT, Marc-André et al. The need for sensory-friendly “zones”: Learning from youth on the autism spectrum, their families, and autistic mentors using a participatory approach. **Frontiers in Psychology**, v. 13, p. 883331, 2022.

COHEN, Shana R. et al. “My autism is my own”: Autistic identity and intersectionality in the school context. **Autism in Adulthood**, v. 4, n. 4, p. 315-327, 2022.

COURCHESNE, Valérie et al. Autism Voices: A novel method to access first-person perspective of autistic youth. **Autism**, v. 26, n. 5, p. 1123-1136, 2022.

CRANE, Laura et al. Autistic parents’ views and experiences of talking about autism with their autistic children. **Autism**, v. 25, n. 4, p. 1161-1167, 2021.

DAVIES, Jade et al. Autistic adults' priorities for future autism employment research: Perspectives from the United Kingdom. **Autism in Adulthood**, v. 6, n. 1, p. 72-85, 2024.

DÜCKERT, Sophia et al. Barriers and needs in mental healthcare of adults with autism spectrum disorder in Germany: a qualitative study in autistic adults, relatives, and healthcare providers. **BMC psychiatry**, v. 23, n. 1, p. 528, 2023.

FAJA, Susan; NELSON DARLING, Laura. Variation in restricted and repetitive behaviors and interests relates to inhibitory control and shifting in children with autism spectrum disorder. **Autism**, v. 23, n. 5, p. 1262-1272, 2019.

FERNANDES, Conceição Santos; TOMAZELLI, Jeane; GIRIANELLI, Vania Reis. Diagnóstico de autismo no século XXI: evolução dos domínios nas categorizações nosológicas. **Psicologia USP**, v. 31, p. e200027, 2020.

GIBBS, Vicki et al. Autism assessment via telehealth during the Covid 19 pandemic: Experiences and perspectives of autistic adults, parents/carers and clinicians. **Research in autism spectrum disorders**, v. 88, p. 101859, 2021.

HODGES, Holly; FEALKO, Casey; SOARES, Neelkamal. Autism spectrum disorder: definition, epidemiology, causes, and clinical evaluation. **Translational pediatrics**, v. 9, n. Suppl 1, p. S55, 2020.

JOAQUINA, Maria Eduarda; SILVEIRA, Zélia Medeiros. PRÁTICAS PEDAGÓGICAS UTILIZADAS NA ALFABETIZAÇÃO E NO LETRAMENTO DE CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA) NOS PRIMEIROS ANOS DO ENSINO FUNDAMENTAL. **Revista Saberes Pedagógicos**, v. 7, n. 2, p. 138-161, 2023.

JONES, Desiree R. et al. Greater social interest between autistic and non-autistic conversation

partners following autism acceptance training for non-autistic people. **Frontiers in Psychology**, v. 12, p. 739147, 2021.

KAPLAN-KAHN, Elizabeth A.; CAPLAN, Reid. Combating stigma in autism research through centering autistic voices: a co-interview guide for qualitative research. **Frontiers in Psychiatry**, v. 14, p. 1248247, 2023.

KISHIMOTO, Tomoko et al. How do autistic severity and family functioning influence parental stress in caregivers of children with autism spectrum disorder in China? The important role of parental self-efficacy. **Frontiers in Psychology**, v. 14, p. 956637, 2023.

KRGOVIC, Danijela et al. Impaired neurodevelopmental genes in Slovenian autistic children elucidate the comorbidity of autism with other developmental disorders. **Frontiers in Molecular Neuroscience**, v. 15, p. 912671, 2022.

LIBSACK, Erin J. et al. A systematic review of passing as non-autistic in autism spectrum disorder. **Clinical Child and Family Psychology Review**, p. 1-30, 2021.

LILLEY, Rozanna et al. Contributing to an autism biobank: Diverse perspectives from autistic participants, family members and researchers. **Autism**, p. 13623613231203938, 2023.

LOCKE, Jill et al. Supporting Autistic College Students: Examining the Mentoring, Organization and Social Support for Autism Inclusion on Campus (MOSSAIC) Program. **Journal of Autism and Developmental Disorders**, p. 1-14, 2023.

LOVELACE, Temple S. et al. Missing from the narrative: A seven-decade scoping review of the inclusion of black autistic women and girls in autism research. **Behavior Analysis in Practice**, p. 1-13, 2021.

LUNDSTRÖM, Sebastian et al. Assessing autism in females: The importance of a sex-specific comparison. **Psychiatry research**, v. 282, p. 112566, 2019.

MACHADO, Leticia Vier; DE LAJONQUIÈRE, Leandro; MACHADO, Adriana Marcondes. O autismo em políticas públicas brasileiras na interface entre saúde e educação: da singularidade à excepcionalidade. **Humanidades & Inovação**, v. 9, n. 24, p. 54-65, 2022.

MALOW, Beth A. et al. ECHO autism adult healthcare: Training community clinicians to provide quality care for autistic adults. **Autism Research**, v. 16, n. 8, p. 1619-1629, 2023.

MALONE, Kayla M. et al. The scholarly neglect of black autistic adults in autism research. **Autism in Adulthood**, v. 4, n. 4, p. 271-280, 2022.

MASCOTTI, Thais De Souza et al. Estudos brasileiros em intervenção com indivíduos com transtorno do espectro autista: revisão sistemática. **Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia**, v. 12, n. 1, p. 107-124, 2019.

MENEZES, Michelle Zaíra Maciel et al. O diagnóstico do Transtorno do Espectro Autista na fase adulta. 2020.

MESSIAS, Maialu Pedreira et al. Clinico-epidemiological profile of patients at children's

psychosocial care centers in São Bernardo do Campo: a cross-sectional study. **Sao Paulo Medical Journal**, v. 140, n. 6, p. 781-786, 2022.

PAPADOPOULOS, Nicole et al. Sleeping Sound Autism Spectrum Disorder (ASD): A randomised controlled trial of a brief behavioural sleep intervention in primary school-aged autistic children. **Journal of Child Psychology and Psychiatry**, v. 63, n. 11, p. 1423-1433, 2022.

PARMAR, Ketan R. et al. Autism-friendly eyecare: Developing recommendations for service providers based on the experiences of autistic adults. **Ophthalmic and Physiological Optics**, v. 42, n. 4, p. 675-693, 2022.

PIGNATARO, Annabella et al. Chemogenetic rectification of the inhibitory tone onto hippocampal neurons reverts autistic-like traits and normalizes local expression of estrogen receptors in the Ambra1<sup>+/-</sup>-mouse model of female autism. **Translational Psychiatry**, v. 13, n. 1, p. 63, 2023.

POHL, Alexa L. et al. A comparative study of autistic and non-autistic women's experience of motherhood. **Molecular Autism**, v. 11, p. 1-12, 2020.

PUKKI, Heta et al. Autistic perspectives on the future of clinical autism research. **Autism in Adulthood**, v. 4, n. 2, p. 93-101, 2022.

RATTO, Allison B. et al. Centering the inner experience of autism: development of the self-assessment of autistic traits. **Autism in Adulthood**, v. 5, n. 1, p. 93-105, 2023.

RIOS, Clarice; CAMARGO, Kenneth Rochel. Especialismo, especificidade e identidade-as controvérsias em torno do autismo no SUS. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 24, p. 1111-1120, 2019.

RIOS, Clarice; COSTA ANDRADA, Barbara. The changing face of autism in Brazil. **Culture, Medicine, and Psychiatry**, v. 39, p. 213-234, 2015.

RUSSELL, Ginny et al. Mapping the autistic advantage from the accounts of adults diagnosed with autism: A qualitative study. **Autism in Adulthood**, v. 1, n. 2, p. 124-133, 2019.

RYLAARSDAM, Lauren; GUEMEZ-GAMBOA, Alicia. Genetic causes and modifiers of autism spectrum disorder. **Frontiers in cellular neuroscience**, v. 13, p. 385, 2019.

SCHEERER, Nichole E. et al. Effects of an educational presentation about autism on high school students' perceptions of autistic adults. **Autism in Adulthood**, v. 4, n. 3, p. 203-213, 2022.

SPAIN, Debbie et al. "This may be a really good opportunity to make the world a more autism friendly place": Professionals' perspectives on the effects of COVID-19 on autistic individuals. **Research in Autism Spectrum Disorders**, v. 83, p. 101747, 2021.

TORRALBAS-ORTEGA, Jordi et al. Affectivity, sexuality, and autism spectrum disorder: qualitative analysis of the experiences of autistic young adults and their families. **BMC psychiatry**, v. 23, n. 1, p. 858, 2023.

WALL, Carla A.; ROBERTS, Jane E. Negative affect and respiratory sinus arrhythmia are differentially related to social anxiety and autism features in autistic preschoolers contrasted to fragile X syndrome. **Frontiers in Psychiatry**, v. 14, p. 1151263, 2023.

YANG, Jian-Quan; YANG, Chao-Hua; YIN, Bao-Qi. Combined the GABA-A and GABA-B receptor agonists attenuates autistic behaviors in a prenatal valproic acid-induced mouse model of autism. **Behavioural Brain Research**, v. 403, p. 113094, 2021.